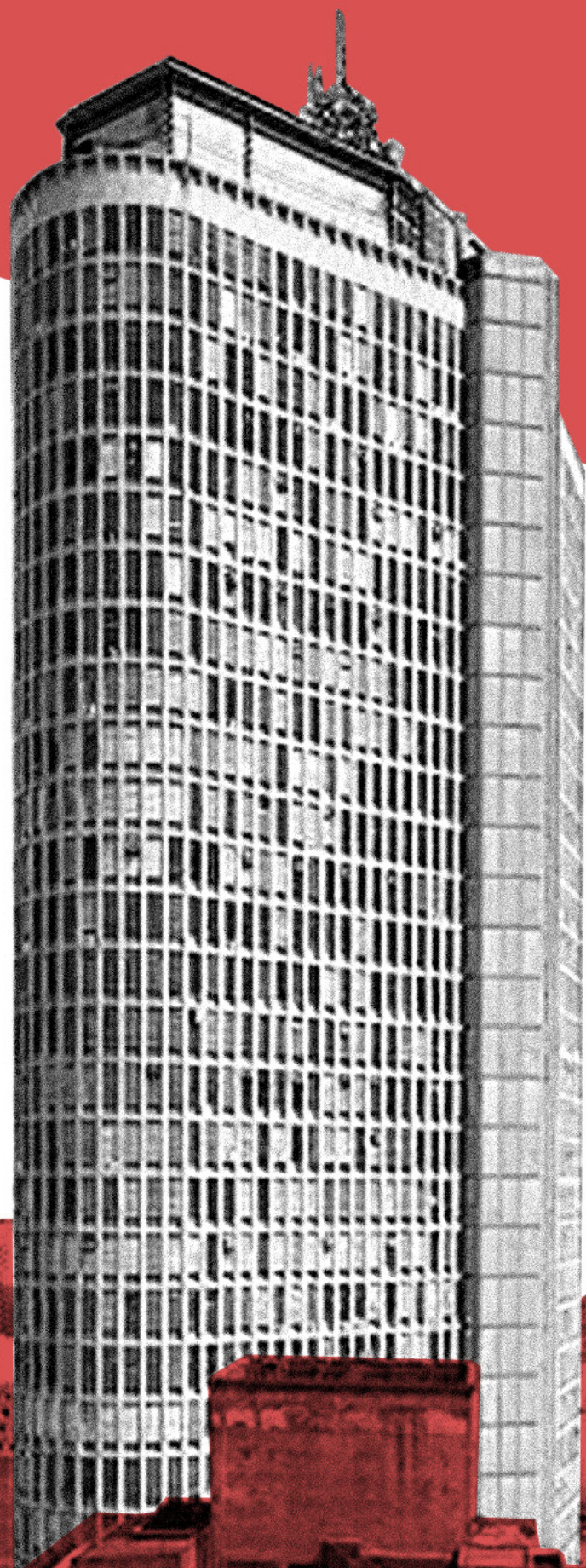


INTERNETLAB

RELATÓRIO
ANUAL

2022



SUMÁRIO

Apresentação	3
Carta da diretoria	4

Áreas de atuação	7
Privacidade e Vigilância	8
Liberdade de Expressão	13
Desigualdades e Identidades	17
Informação e Política	23
Cultura e Conhecimento	28

Nossos trabalhos	33
Internetlab em números	34
Imprensa	35

Principais lançamentos	39
Revista internet & sociedade	40
Semanário	41
Podcast cabo eleitoral	42

Nossa estrutura	43
Transparência e governança	44
Financiamentos e parcerias	46
Com o que gastamos?	49
Nossa equipe	50

Expediente	53
-------------------	-----------

APRESENTAÇÃO

Assegurar os direitos humanos diante do avanço da digitalização política e da cidadania requer uma abordagem sólida, enraizada nos desafios sociais e adaptada às constantes inovações do mundo digital. O InternetLab, um instituto de pesquisa dedicado a tecnologias e direitos, é uma instituição brasileira comprometida com esse objetivo. Nossos estudos têm o propósito de compreender como a tecnologia afeta os direitos humanos e, reciprocamente, como ela deve ser influenciada pela busca desses direitos. Nosso trabalho gera conhecimento fundamental para embasar políticas públicas e regulamentações, servindo como elo entre setores que enxergam as inovações sob perspectivas diversas.

O ano de 2022 se mostrou particularmente desafiador por conta das eleições iminentes. A presença do digital na esfera pública aumentou, trazendo para o centro dos debates questões que envolvem tecnologias, direitos, políticas de internet e democracia. Abusos, desinformação e discurso de ódio tornaram-se ainda mais comuns, impulsionando o clamor por regulações mais rígidas para as plataformas digitais, levando a uma aceleração global de discussões sobre o tema. No contexto nacional, esse cenário se entrelaçou com debates sobre desinformação, especialmente após o Projeto de Lei das Fake News, em 2020, que se transformou em um processo político de regulação de plataformas, ganhando força ao longo do ano.

Ao longo deste relatório, destacamos as principais atividades, pesquisas e projetos realizados pelo InternetLab em 2022. Nossa missão de unir tecnologia, direitos humanos e políticas públicas permanece firme, guiando-nos em direção a um futuro em que a tecnologia e a cidadania estejam verdadeiramente alinhadas em benefício de todos. Agradecemos às pessoas e às organizações que são nossas parceiras, apoiadoras e colaboradoras e que tornam possível nossa atuação, nos inspirando a avançar na defesa dos direitos no cenário digital em constante transformação.

CARTA DA DIRETORIA

Foi senso comum dizer que as eleições - e o ano - de 2022 foram as mais decisivas para a democracia brasileira desde sua refundação constitucional, em 1988. Com um acirramento de ânimos que só fez crescer, fraturas expostas em uma multitude de temas de direitos humanos e a ordem constitucional por um fio, a internet e as tecnologias digitais se mostraram mais uma vez nevrálgicas, tanto nas dinâmicas políticas e sociais como nas agendas de políticas públicas. Esse caráter é proporcional à responsabilidade do trabalho do InternetLab na compreensão das dimensões múltiplas no uso de tais ferramentas e na produção de enquadramentos, análises e articulações para a proteção de direitos humanos e da democracia.

Quando se trata da agenda política de grande visibilidade, a internet esteve fortemente presente como tema e arena nos dois semestres, mas com caráter diferente. No primeiro, com a primeira tentativa de votação do projeto de lei “das Fake News”, no segundo, com a campanha altamente digitalizada.

No primeiro caso, ficou ainda mais claro que o tal projeto de lei é, na realidade, uma versão de uma agenda muito mais ampla do que a discussão da desinformação: trata-se do processo brasileiro de legislação sobre plataformas digitais. Uma espécie de capítulo seguinte ao do Marco Civil da Internet, fazendo a ponte entre as ansiedades sociais e políticas depositadas na tecnologia, de um lado, e uma tarefa regulatória de alta complexidade técnica, de outro. O alto interesse neste processo por parte da liderança dos três poderes evidencia a encruzilhada colocada, ainda não resolvida politicamente e ainda mais complexa com a chegada de 2023.

A campanha eleitoral de 2022 apresenta ainda uma outra camada no cenário. Assistir o antes, o durante e o depois dos dois turnos tornou cada vez mais claro como o risco existencial da democracia brasileira passa pela organização digital da propaganda antidemocrática e da violência política contra populações historicamente marginalizadas.

Percebemos esses processos como a ponta de lança de um ciclo mais amplo de discussões de políticas públicas que replica essa mesma ponte. Ao participar da Comissão de Juristas sobre Inteligência Artificial do Senado, por exemplo, nos fica patente que o uso de novas tecnologias e as potenciais violações de direitos humanos associadas a ele alimentam a urgência de novos enquadramentos e agendas de proteção, que são canalizadas e disputadas na política institucional e esbarram no arcano funcionamento de diferentes inovações. Na verdade, essas urgências representam a contínua renovação das desigualdades e violências estruturais da sociedade brasileira.

Assim, levando esse contexto em consideração, promover direitos humanos, justiça socioambiental e democracia envolve desafios e riscos “digitais”, e, quando isso acontece, emergem problemas complexos de políticas públicas e privadas. Esses problemas são mais complexos à medida que mesclam demandas prioritárias com resultados regulatórios imprevisíveis, conhecimento em tecnologia com abertura social e requerem tensão e equilíbrio dos direitos fundamentais. Desta maneira, ter rapidez em resolver a questão do dia sem uma consideração cuidadosa das complexidades e implicações de tais propostas a longo prazo pode também criar novas ameaças a um conjunto diferente de direitos e princípios democráticos.

No decorrer do último ano, o InternetLab persistiu na exploração de uma variedade de novos formatos de pesquisa, estratégias de diálogo com múltiplos setores e iniciativas de conscientização, tudo isso para ampliar nosso alcance. Nessa trajetória, três desafios do presente ficaram evidentes.

O primeiro desafio que se apresenta é que a organização deve se aprofundar em formas de produzir pesquisa orientada para o impacto, envolvendo outros atores que se tornaram relevantes diante das tendências emergentes no campo digital. Por um lado, nichos no setor privado podem ser fundamentais para amplificar os impactos nas políticas públicas ou a conscientização dos riscos aos direitos fundamentais, como no mercado de publicidade, influência digital ou no ecossistema de mídia e jornalismo. Por outro, torna-se estratégico desenvolver formas de diálogo e colaboração com autoridades públicas locais e dispersas (como na agenda de vigilância no território e defesa da privacidade) e com uma já renovada Administração Federal. É necessário construir inteligência, protocolos e capacidade analítica para que a organização possa conduzir pesquisas como estratégia de advocacia nessas áreas.

O segundo desafio está diretamente relacionado ao debate sobre a regulação de plataformas digitais e ao enfrentamento dos efeitos prejudiciais da tecnologia e das redes sociais. É necessário atualizar as atividades de pesquisa e a incidência de organizações como o InternetLab para o surgimento de um novo campo de atuação - chamado de “confiança e integridade” no jargão do setor privado. Percebemos que isso implica em manter as capacidades de análise de riscos regulatórios e produção de soluções legais, mas ampliar esse escopo para responder a problemas que partem da gramática dos sistemas sociotécnicos de moderação e arquitetura exigidos pelas plataformas digitais. Com a aprovação do Digital Services Act na Europa, esse campo é representado por uma série de atividades já obrigatórias no continente, como análise de riscos sistêmicos, auditorias de sistemas de moderação e recomendação - temas que povoam a discussão do “PL das Fake News” desde 2022. Entendemos que o projeto MonitorA, desenvolvido em parceria com a revista AzMina e o Núcleo Jornalismo, é o embrião desse esforço, assim como nosso trabalho em articulação e rede com a sociedade civil, na medida em que o InternetLab se posiciona como uma entidade capaz de indicar os pontos de impacto mais eficazes para a sociedade civil avançar na defesa dos direitos humanos.

O terceiro desafio é de como ganhar ainda mais capacidades de análise e efetividade. O trabalho desenvolvido nos últimos anos deixa claro como a pesquisa conectada à incidência precisa ser constantemente alimentada metodologicamente e empiricamente para ganhar legitimidade. Mesmo que já estejamos posicionados para apoiar e desenvolver iniciativas de diagnóstico sobre dinâmicas em redes sociais, por exemplo, é necessário aprimorar a capacidade de dar os próximos passos, consolidando argumentos cada vez mais poderosos no debate público realizado com os diferentes setores. É o que buscamos ao realizar nosso projeto sobre os usos e comportamentos de aplicativos de mensagens por meio de pesquisa qualitativa e quantitativa, por exemplo.

Estas percepções coletivas povoaram um ano em que demos passos significativos para a contínua profissionalização da organização. Foi o primeiro ano com uma nova diretoria e com novas coordenadoras, formadas na esteira da valorização de profissionais de pesquisa de ponta que cresceram dentro do InternetLab. Além da agenda de expansão

da diversidade e inclusão em nossos quadros, os passos dados evidenciam a vocação interdisciplinar do nosso trabalho e a sensibilidade de uma cultura organizacional de fazer da pesquisa para a incidência uma atividade coletiva.

O ano de 2023 anuncia uma nova fase para a sociedade brasileira, representando novas sinalizações para o mundo. Trabalhar nestes e em outros desafios será responsabilidade renovada do InternetLab, centro de pesquisa que colocou suas capacidades e vocações à disposição da sociedade na sua vigília pela democracia, no enfrentamento intransigente de desigualdades e na produção coletiva de caminhos para tornar as tecnologias digitais instrumento de justiça social e proteção de direitos.



Francisco Brito Cruz
Diretor Executivo



Marina Valente
Diretora Associada



Fernanda Martins
Diretora



Heloisa Massaro
Diretora



**ÁREAS DE
ATUAÇÃO**

PRIVACIDADE E VIGILÂNCIA

A área de Privacidade e Vigilância tem se construído com especial foco no estudo sobre as capacidades e a legitimidade de tratamento de dados pessoais pelo setor público, considerando-se os contornos do direito à privacidade e a proteção de dados no âmbito da execução de políticas públicas e investigações criminais.

Capacidades de investigação e acesso a dados em meio às tecnologias de vigilância

Em 2022, a área se debruçou sobre as recentes investidas legislativas no âmbito do “combate aos cibercrimes”. Em abril de 2022, o Brasil ratificou a Convenção de Budapeste, que contém regras e diretrizes sobre os crimes cibernéticos - cuja adesão foi aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2021. O tema também tem sido objeto de deliberação pela ONU, diante de negociações de minuta para Convenção Internacional de Crimes Cibernéticos, que tem mobilizado governos nacionais, ativistas e membros da sociedade civil ao redor do mundo na discussão sobre os interesses envolvidos neste tipo de regulação. Por meio da organização anual do **Congresso de Direitos Fundamentais e Processo Penal na Era Digital** e da divulgação periódica do livro com os anais do congresso, buscamos fazer um exercício de curadoria de atores relevantes e de suas contribuições a esse debate, com o tema “proteção de dados e cibercrimes”. Em sua sexta edição, ocorrida em agosto, o Congresso ocorreu de forma híbrida, com especialistas nacionais e internacionais em matérias relacionadas ao tema - como professores(as), consultores(as), advogados(as) criminais, membros do Ministério Público, diplomatas, atores e atrizes da sociedade civil. Os painéis incorporaram debates sobre as convenções relacionadas a cibercrimes e aspectos da persecução penal internacional, abordaram a investigação de crimes como ransomware e lavagem de dinheiro, bem como discutiram investigação defensiva e a preservação da cadeia de custódia da prova digital.



Nessa ocasião, lançamos também a versão atualizada do Relatório Anual de Vigilância sobre as Comunicações no Brasil. Dessa vez, o material foi publicado em formato de livro, sob o nome **“O direito das investigações digitais no Brasil: fundamentos e marcos normativos”**. Além de revisar o panorama normativo referente ao tema, o texto inclui sessões com temas novos, como por exemplo as discussões feitas sobre (i) novas divergências interpretativas sobre os direitos fundamentais ao sigilo das comunicações e à privacidade na Constituição Federal; (ii) os impactos da discussão sobre proteção de dados em matéria penal; (iii) as referências legais aplicáveis a “infiltrações” de autoridades estatais, seja física

ou virtualmente. O texto também inclui estatísticas sobre interceptações no país, agora atualizadas com dados de 2022.

Também conduzimos a sétima edição do projeto “Quem Defende Seus Dados?”, com apoio da Electronic Frontier Foundation (EFF). Realizado anualmente, o projeto tem o objetivo de promover a transparência e a adoção de boas práticas em matéria de privacidade e proteção de dados pelas empresas provedoras de conexão à Internet no Brasil. Embora haja reiterados avanços em relação aos compromissos assumidos pelas empresas, ainda existem pontos a melhorar. Observamos, nesse sentido, a ausência de notificação de usuárias(os) sobre pedidos de acesso a dados por parte de autoridades públicas ou pelo judiciário quando possível, a falta de publicização de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, e a demora ou descumprimento do prazo de resposta a solicitações de pessoas usuárias a respeito do tratamento de seus dados pessoais.

Proteção de dados, proteção social e políticas públicas

A garantia da privacidade e proteção de dados no âmbito da formulação e execução de políticas públicas é também uma prioridade da área. Em julho, lançamos o relatório **“Cidades inteligentes e dados pessoais: Recomendações e boas práticas”**, em conjunto com o Laboratório de Políticas Públicas e Internet (Lapin) e a Artigo 19. O material analisa as práticas recorrentes de proteção de dados na aquisição e uso de tecnologias da informação e comunicação por cidades, apresentando recomendações para gestores públicos a partir dos resultados. O relatório integrou o projeto Direitos Humanos e Empresas, em parceria com a Global Partners Digital e a Global Network Initiative, com o objetivo de aumentar o nível de comprometimento de governos e empresas de tecnologia aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Os achados do relatório foram comentados no artigo “Brazilian Smart Cities: From Principles to Practice”. O artigo fez parte de coletânea publicada pelo National Endowment for Democracy sobre cidades inteligentes e vulnerabilidades democráticas.



O direito à privacidade de crianças e adolescentes também foi tema de atenção no último ano. Durante 2022, trabalhamos em parceria com a Privacy International em pesquisa sobre tecnologias de vigilância que têm sido utilizadas no âmbito da educação. Em mapeamento de políticas de reconhecimento facial anunciadas por escolas públicas em diferentes Estados e regiões do Brasil, buscamos descrever como o Poder Público brasileiro, em suas diferentes esferas, tem introduzido a tecnologia de reconhecimento facial nas escolas, identificando vulnerabilidades, lacunas e pontos de atenção para a privacidade e para o direito à não discriminação de estudantes. A pesquisa foi publicada no relatório “Tecnologias de vigilância e educação: um mapeamento das políticas de reconhecimento facial em escolas públicas

brasileiras”. No âmbito regulatório, o InternetLab contribuiu com a Tomada de Subsídios publicada pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) sobre as possíveis hipóteses de tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes. Em nossa contribuição, propusemos a conciliação entre a proteção trazida aos dados sensíveis pelo Artigo 11 da Lei Geral de Proteção de Dados, o melhor interesse de crianças e adolescentes e a consideração de seus direitos desde a concepção do projeto, produto ou serviço.

Por fim, 2022 também foi um ano marcado pelas eleições presidenciais, contexto em que ganharam importância discussões sobre o respeito à proteção de dados no âmbito de campanhas eleitorais. Em parceria com o Data Privacy Brasil, o InternetLab organizou o curso “Eleições e Proteção de Dados”. Em setembro, também coorganizamos evento sobre o tema com o Foro da Sociedade Civil da Rede Iberoamericana de Proteção de Dados, transmitido pelo youtube.



Projetos

> Eventos:

- VI Congresso Direitos Fundamentais e Processo Penal na Era Digital: Proteção de dados e Cibercrimes
 - Curso “Eleições e Proteção de Dados”, em parceria com o Data Privacy Brasil
 - Evento “Protección de Datos y Elecciones”, em parceria com o Foro da Sociedade Civil da Rede Iberoamericana de Proteção de Dados
-

> Publicações:

- Publicação da 7ª edição do Quem Defende Seus Dados - 2022
- Lançamento do livro “O direito das investigações digitais no Brasil: fundamentos e marcos normativos”
- Publicação do Glossário “Tecnologia, dados e políticas públicas” no Nexo Políticas Públicas
- Publicação do relatório “Auxílio Emergencial: os desafios na implementação de uma política de proteção social datificada”
- Lançamento do relatório “Tecnologias de vigilância e educação: um mapeamento das políticas de reconhecimento facial em escolas públicas brasileiras”
- Lançamento do relatório “Cidades inteligentes e dados pessoais: Recomendações e boas práticas”
- Publicação do artigo “Brazilian Smart Cities: From Principle to Practice” no Relatório “Smart Cities and Democratic Vulnerabilities”, organizado pelo NED

Com a consolidação da Lei Geral de Proteção de Dados, percebe-se que discussões pertinentes ao campo da privacidade têm se expandido por diferentes esferas. No legislativo e no judiciário, ganham força temas relacionados às possíveis capacidades de órgãos de investigação, assim como questionamentos ao uso de tecnologias de vigilância como o reconhecimento facial. Na esfera regulatória, discussões pertinentes a políticas públicas de educação e saúde ganham tração. Na construção desses debates, o InternetLab tem como premissa a preocupação de evitar dicotomias reducionistas, como a de que o direito à privacidade seria antítese de segurança, eficiência econômica ou transparência pública, assim como a premissa de que o direito à privacidade e proteção de dados deve ser garantido a pessoas de grupos historicamente minorizados na fruição do espaço público e da cidadania.

— Bárbara Simão, coordenadora da área de Privacidade e Vigilância do InternetLab.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Durante o ano de 2022, a área centrou sua atuação na governança da liberdade de expressão nas plataformas digitais, a partir de projetos que pesquisam, monitoram e incidem na atividade regulatória no campo. O foco esteve principalmente em: i. Acompanhar e incidir nas discussões sobre regulação das plataformas digitais, sobretudo no que diz respeito à moderação de conteúdo, ii. Monitorar e catalogar os bloqueios de aplicações da internet e iii. Integrar esforços regionais de iniciativas que pesquisam as tendências da regulação da liberdade de expressão.

A discussão regulatória sobre liberdade de expressão na internet no Brasil

Em 2022, nosso primeiro foco foi acompanhar e colaborar com a discussão que busca desenhar parâmetros regulatórios para o exercício da liberdade de expressão no ecossistema digital no Brasil. Respondendo a uma conjuntura de debate político acalorado, devido à intensa polarização do país decorrente das eleições gerais, participamos de diversos fóruns de discussão sobre o protagonismo das plataformas digitais na circulação do discurso político, buscando compreender como as noções brasileiras de liberdade de expressão são trasladadas à internet, e quais são os deveres e poderes de cada uma das partes envolvidas no debate. Integramos o grupo de trabalho de regulação de plataformas da Coalizão Direitos na Rede, participando de reuniões semanais que nos permitiram discutir conjuntura e estratégias de articulação e atuação junto aos poderes da República, com foco nas ações que discutem temas ligados a direitos digitais no STF, na atuação do TSE, especialmente na edição de resoluções para o processo eleitoral, e na tramitação do Projeto de Lei no. 2630 no Congresso Nacional.

Ainda no intuito de pensar sobre matrizes para a regulação das plataformas e a relação do tema com o exercício da democracia, em novembro, o InternetLab realizou a primeira reunião do Fórum sobre Sustentabilidade no Jornalismo de Interesse Público, no Instituto Goethe, em São Paulo. O encontro buscou inaugurar discussão sobre a remuneração do jornalismo e jornalistas, e sua relação com as plataformas digitais, observados os desafios financeiros do campo a partir da migração da receita publicitária para a internet. A reunião contou com mais de 30 participantes de diversas origens, como meios de imprensa de diferentes proporções e filantropia. O Fórum, que não tem caráter vinculativo nem deliberativo, tem se construído como um espaço de estudos e compartilhamento de experiências, assim como articulação e mobilização de atores interessados na discussão.

A renovação da plataforma bloqueios.info

A plataforma bloqueios.info, destinada a monitorar casos relacionados a bloqueios de aplicações de internet no Brasil desde 2016, tomou novo formato em 2022. A reformulação da página ocorreu após decisão do STF que determinou a interrupção do serviço do Telegram em todo o Brasil em razão do descumprimento de ordens judiciais, como a entrega de dados de usuários e remoção de canais e conteúdos. Apesar de que a decisão tenha sido revertida

antes de ser concretizada, a iniciativa de atualizar a plataforma *bloqueios.info* a partir da inserção de uma linha do tempo e análises dos casos em questão vêm a partir da intenção de debater e dar mais transparência às decisões judiciais que discutem e determinam bloqueios integrais ou suspensões do funcionamento de aplicativos como WhatsApp, o Uber, o Facebook e o Telegram. A evolução do projeto se deu em parceria com o Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS-BH).

Esforços regionais de pesquisas sobre as tendências da regulação da liberdade de expressão

Por fim, estendeu-se por mais um ano a parceria do InternetLab com o Centro de Estudos de Liberdade de Expressão da Universidade de Palermo (CELE), na Argentina. A colaboração entre as duas instituições que se dedicam à pesquisa tem objetivo de dar seguimento ao estudo sobre liberdade de expressão na legislação comparada. São três as atividades contempladas pelo acordo de cooperação. A primeira diz respeito aos *bullets* mensais, documento que contém notícias sobre decisões judiciais e projetos de leis sobre liberdade de expressão no Brasil. A segunda, a atualização do capítulo brasileiro do Observatório Legislativo sobre Liberdade de Expressão, tabela na qual compilamos e catalogamos a atividade legislativa - projetos e leis aprovadas - sobre a matéria no Brasil. A terceira, a presença nas mesas mensais de legislação comparada, onde o CELE promove discussões com atores do campo de diversos países do mundo para apresentar tópicos de relevância internacional para os direitos digitais. Como exemplo, a última mesa de 2022 se dedicou a discutir a nova lei de telecomunicações da Índia e foi comandada por Apar Gupta, advogado especialista em direitos digitais e fundador da *Internet Freedom Foundation* (IFF).



Projetos

-
- Renovação da plataforma Bloqueios.info, que mapeia casos de suspensão da atividade de aplicativos de Internet por parte do judiciário - em parceria com o Instituto de Pesquisa IRIS-BH
-
- Participação no Grupo de Trabalho de Regulação de Plataformas da Coalizão Direitos na Rede. Elaboração de notas e pareceres sobre o Projeto de Lei no. 2630
-
- Participação na rede regional de monitoramento de casos e projetos de lei, assim como participação em mesas redondas de direito comparado do projeto do Observatório Legislativo, Centro de Estudos de Liberdade de Expressão (CELE) da Universidade de Palermo, na Argentina
-
- Realização do primeiro encontro do Fórum sobre a Sustentabilidade do Jornalismo de Interesse Público, evento de articulação e mobilização de atores do campo

Ainda temos um longo caminho a percorrer no que diz respeito à construção de parâmetros regulatórios para a liberdade de expressão na internet, e é fundamental que esse exercício esteja pautado nas noções de confiança e segurança de todas as partes envolvidas.

— Iná Jost, coordenadora da área de Liberdade de Expressão do InternetLab

DESIGUALDADES E IDENTIDADES

Em 2022, a área de Desigualdades e Identidades concentrou-se em quatro eixos principais, articulando a produção de conhecimento e a incidência em diferentes setores da sociedade: **(i)** violência política, **(ii)** identidade de gênero e sexualidade em plataformas digitais, **(iii)** datificação de políticas públicas e desigualdades, e **(iv)** violência e discursos de ódio na internet.

Violência política contra candidatas/os

A primeira e principal frente de trabalho estava relacionada **ao enfrentamento e ao monitoramento da violência política de gênero e contra grupos historicamente marginalizados durante as eleições gerais de 2022**. Antes do início da campanha eleitoral, realizamos dois projetos cujo objetivo era orientar mulheres que exerçam ou pretendam exercer cargos políticos. O primeiro deles foi o “Mulheres na Política”, realizado em parceria com o Redes Cordiais. Por meio desta parceria, produzimos o documento **“Mulheres na Política: Guia para o Enfrentamento da Violência Política de Gênero”**. O guia foi elaborado com base em entrevistas com representantes de instituições brasileiras dedicadas à promoção e proteção dos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQI+ e reúne as principais consequências da violência política, uma descrição da legislação sobre o tema, formas de fazer denúncia e como os partidos, parlamentares e a sociedade civil podem apoiar vítimas de violência política.

Para além do guia, no âmbito do projeto “Mulheres na Política”, foi realizado uma série de capacitação online sobre os impactos concretos da violência política de gênero que produziu videoaulas sobre canais de denúncia, segurança digital, desinformação e discurso de ódio, além de ter organizado webinários sobre violência política, com pessoas referências para o debate, como Anielle Franco, Erica Malunguinho, Erika Hilton, Lucina di Meco e outras especialistas.

Ainda com o objetivo de auxiliar candidatas e as equipes de campanha eleitoral acerca de estratégias para o enfrentamento à violência política de gênero, organizamos, junto ao Instituto Alziras, a série de vídeos **“Candidatas nas Redes: proteja-se e saiba tudo sobre fakenews, desinformação e discursos de ódio”**. O projeto foi composto por seis módulos, com informações e dicas práticas para a construção e proteção de campanhas eleitorais na internet.

Com o início da campanha eleitoral, demos início aos projetos de monitoramento da violência política na internet. Em parceria com a Revista AzMina e o Núcleo Jornalismo, realizamos uma nova edição do **“MonitorA: observatório de violência política contra candidatas/os na internet”**. Em sua nova edição, o MonitorA trouxe novidades: fizemos uma inovação metodológica, em que passamos a diferenciar ataques e insultos. A distinção entre as duas

categorias que usam linguagem hostil nos permitiu delimitar quais são os conteúdos que ultrapassam os limites da liberdade de expressão, transformando o ambiente político em um cenário inóspito para a entrada e permanência de candidatos, e especialmente, de candidatas na política institucional. Incluímos também uma nova metodologia de acompanhamento das eleições, que foi a realização de uma etnografia no TikTok, em parceria com Lux Ferreira, e fizemos um monitoramento da aplicação da Lei de Violência Política de Gênero, junto ao Núcleo de Integridade Eleitoral.

Durante o período da campanha eleitoral, monitoramos os perfis de 175 candidatas mulheres e 25 candidatos homens, em quatro redes sociais: Twitter, YouTube, Instagram e Facebook. Com base nos dados coletados, publicamos quatro matérias jornalísticas: **“Louca, doida e maluca: misoginia domina ofensas a candidatas nessas eleições”**; **“‘Você é uma vergonha’ e ‘mimimi’: ofensas a candidatas à presidência reproduzem falas de Bolsonaro”**; **“Transfobia e violência sequestram debate sobre candidatas trans e travestis nas redes sociais”**; e **“Macumbeira e Micheque: nas redes sociais, violência da corrida presidencial sobra também para Janja e Michelle”**.

Seguindo a metodologia do MonitorA de diferenciação entre insultos e ataques, **fizemos um levantamento sobre as narrativas sobre o nordeste e o eleitorado nordestino que circularam no Twitter**. Pela coleta de dados, descobrimos, no dia seguinte ao primeiro turno, 19,4% dos tuítes que mencionam os termos “nordestina/o”, “nordeste” ou termos potencialmente ofensivos contra a região direcionaram ataques e ofensas aos nordestinos. 13,4% dos tuítes analisados na amostra traziam, ainda, alegações de fraude nas eleições.

Identidade de gênero, sexualidade e plataformas sociais

A segunda agenda de pesquisa em que trabalhamos em 2022 foi o uso de plataformas sociais por mulheres, pessoas trans e não binárias e LGBTQIA+. Em parceria com Lux Ferreira, transativista com doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, iniciamos projeto de pesquisa **“Conectar, visibilizar e desafiar: um espaço virtual para mulheres queer e pessoas não binárias”**, na plataforma Ella Global Community, que tem como foco a sociabilidade, a intimidade e a segurança em ambientes virtuais entre mulheres LBT e pessoas não binárias.

Com Lux, **submetemos uma contribuição ao Comitê de Supervisão da Meta em um caso sobre identidade de gênero e nudez e a contribuição do InternetLab**. Em nossa contribuição, ressaltamos a importância das políticas de moderação de conteúdo levarem em consideração a história e a produção coletiva do movimento trans, de modo a evitar casos de censura e limitação de conteúdos trans e não binários e a privação da comunidade no espaço digital, que tem servido como um fator essencial na construção deste movimento político. Na decisão do Comitê, foi citada a **contribuição realizada pelo InternetLab, que em setembro de 2022 contribuiu no caso, que apontava que a interpretação das políticas de moderação de conteúdo da Meta não podem pressupor a sexualização de corpos trans e não-binários**.

Proteção social, datificação e políticas públicas

Junto à área de Privacidade e Vigilância, demos continuidade às pesquisas sobre usos de tecnologias em políticas públicas, com foco em desigualdades e potenciais riscos. Foram realizados três principais projetos nesse âmbito: o relatório sobre Auxílio Emergencial, a glossários sobre tecnologias e políticas públicas, e o mapeamento sobre o uso de reconhecimento facial em escolas brasileiras.

Em parceria com a Derechos Digitales, publicamos o relatório **“O Auxílio Emergencial no Brasil: Desafios na implementação de uma política de proteção social datificada”**, em que destrinchamos as principais características do programa, como a legislação aplicável, fluxo de dados e órgãos responsáveis pela implementação do benefício; além das lacunas e vulnerabilidades encontradas no desenho do programa.

Com o Nexa Políticas Públicas, publicamos o glossário **“Tecnologia, dados e políticas públicas”**, em que apresentamos os principais conceitos para o debate sobre justiça social e justiça de dados, para aqueles que não estão familiarizados. No glossário, definimos os seguintes conceitos: dados pessoais, dados pessoais sensíveis, bases de dados, datificação, política pública datificada, justiça de dados, CadÚnico, privacidade, autodeterminação informativa, proteção de dados, vigilância, fluxo de dados, decisão automatizada, exclusão digital, e discriminação algorítmica.

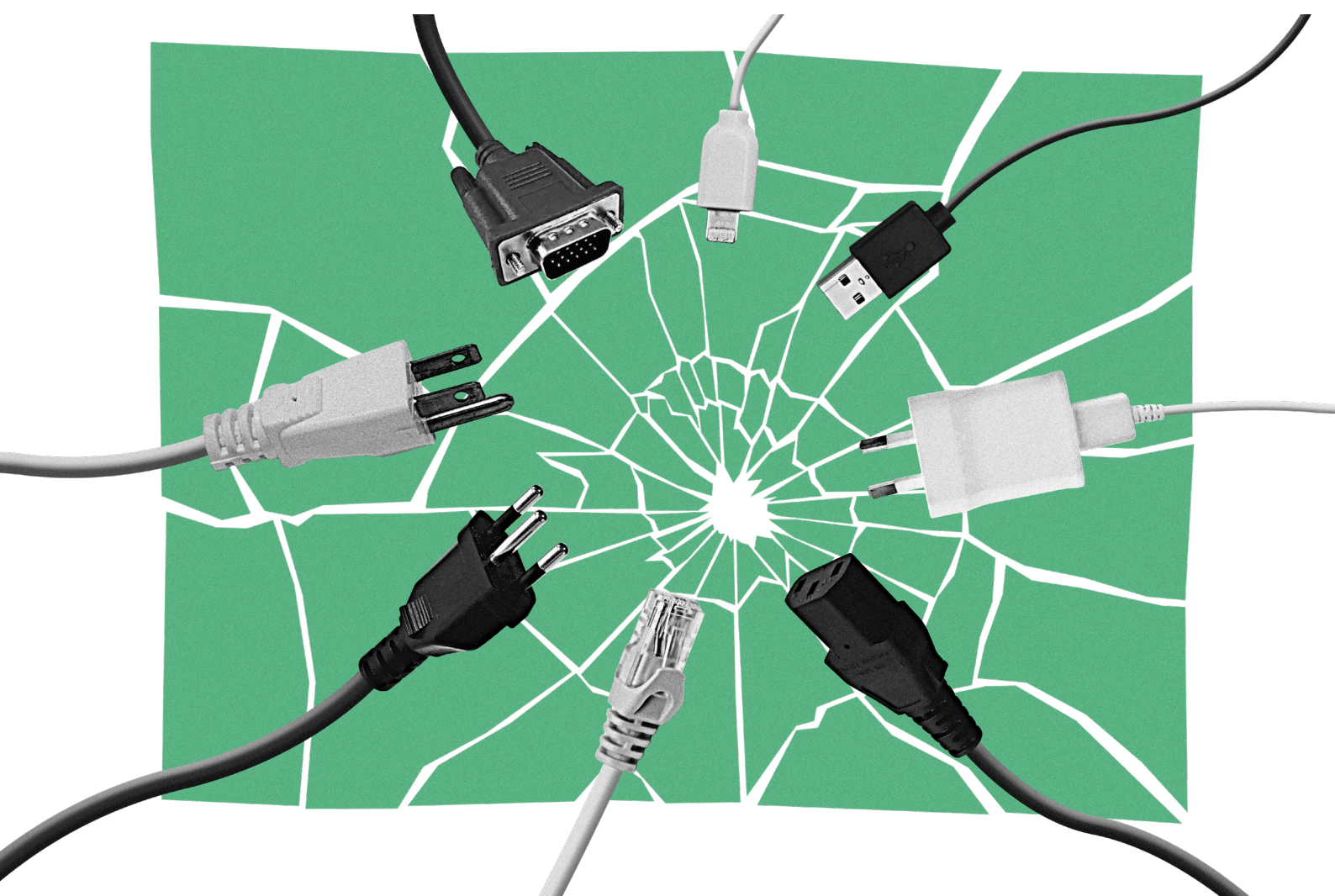
Por fim, junto ao Privacy International, realizamos um mapeamento sobre o uso de reconhecimento facial em escolas, que culminou no relatório **“Tecnologias de vigilância e educação: um mapeamento das políticas de reconhecimento facial em escolas públicas brasileiras”**.

Violência e discursos de ódio na internet

Em 2022, continuamos o esforço de compreender diferentes formas de violências na internet. Publicamos o relatório **“Como operações de influência entre plataformas são usadas para atacar jornalistas e enfraquecer democracias?”**, elaborado em parceria com Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), o Laboratório de Pesquisa Digital Forense do Conselho Atlântico (DFRLab), o Instituto VERO, AzMina e VOLT DATA LAB, em que fizemos uma pesquisa sobre ataques a jornalistas, a partir da metodologia do MonitorA. Para divulgação e repercussão do relatório em um amplo público, firmamos uma parceria com a *podcaster* e *influencer* Bela Reis, que dedicou **um episódio do podcast Anjo de Grilo para a disseminação dos dados do relatório**.

No âmbito do projeto de Discurso de Ódio, financiado pelo IDRC – International Development Research Center, do Canadá, junto à organização indiana ItForChange, organizamos uma mesa redonda fechada de dois dias sobre perspectivas feministas sobre governança de mídias sociais. A partir dos insumos das mesas redondas, publicamos uma síntese das discussões no documento **“Feminist Perspectives on Social Media Governance: Synthesis Report”**.

Por fim, organizamos uma mesa redonda sobre pesquisa de transformação de gênero com outras organizações que receberam financiamento do IDRC. O objetivo da mesa redonda era discutir as metodologias usadas e aprofundar o impacto local e digital que cada um dos projetos alcançou em termos de transformações de gênero. Os resultados da discussão resultaram no documento **“Gender Transformative Methodologies: Learnings, challenges and recommendations through the analysis of the five projects funded by ‘Supporting the pathways to gender transformation through research’ at the International Development Research Centre”**.



Projetos

-
- Com Revista AzMina e Núcleo Jornalismo, as reportagens do MonitorA
-
- Com Redes Cordiais, o documento “Mulheres na Política: Guia para o Enfrentamento da Violência Política de Gênero”
-
- Em parceria com Instituto Alziras, a série de vídeos “Candidatas nas Redes: proteja-se e saiba tudo sobre fakenews, desinformação e discursos de ódio”
-
- Com consultoria de Lux Ferreira, a contribuição ao Comitê de Supervisão da Meta em um caso sobre identidade de gênero e nudez e a contribuição do InternetLab
-
- Com outras organizações da sociedade civil, o relatório “Como operações de influência entre plataformas são usadas para atacar jornalistas e enfraquecer democracias?”
-
- Com Derechos Digitales, o relatório “O Auxílio Emergencial no Brasil: Desafios na implementação de uma política de proteção social datificada”
-
- No Nexa Políticas Públicas, o glossário “Tecnologia, dados e políticas públicas”

Em 2022, pudemos avançar e complexificar o debate sobre violência política de gênero no Brasil, tanto online quanto offline. A diferenciação entre insultos e ataques nos permitiu compreender e qualificar as diferentes formas de violência que acontecem na internet, especialmente durante o período eleitoral, além de qualificar o debate sobre moderação de conteúdo, liberdade de expressão e violência contra grupos historicamente marginalizados.

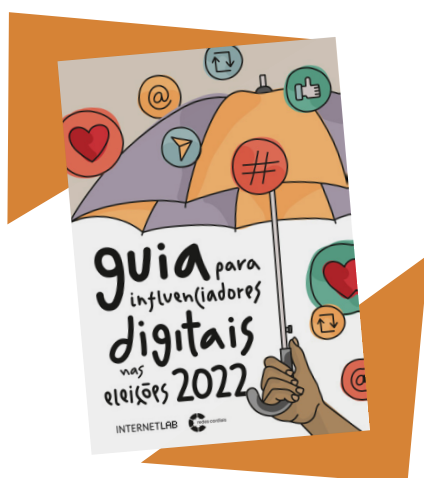
— Clarice Tavares, coordenadora da área de Desigualdade e Identidade do InternetLab.

INFORMAÇÃO E POLÍTICA

Em 2022, a área de Informação e Política direcionou seus esforços para monitorar as complexas interações políticas e eleitorais que se desenrolaram nas redes sociais. Nossa atenção se concentrou, sobretudo, em duas abordagens fundamentais. Primeiramente, dedicamo-nos a analisar e sistematizar as regulamentações relacionadas às plataformas de mídia social no contexto eleitoral, incluindo a monitorização das políticas e termos de uso que se aplicam aos influenciadores digitais. Em segundo lugar, demos mais passos para entender o papel e o uso de aplicativos de mensagem privada na comunicação política de pessoas brasileiras.

Regras e termos de uso das plataformas nas eleições

Como uma extensão das atividades conduzidas em 2021, apresentamos a plataforma Ache-aregra, um observatório dedicado à compilação e organização das políticas, termos de uso, compromissos públicos e diretrizes gerais de moderação de conteúdo relacionados às eleições de 2022. Nosso propósito primordial consistiu em disponibilizar de maneira unificada e acessível a pesquisadores, jornalistas e membros da sociedade civil envolvidos na defesa dos direitos digitais, o acesso às regulamentações privadas das plataformas aplicáveis ao discurso público online. Este projeto foi possível graças ao valioso apoio do Desinformante.



Em parceria com o Redes Cordiais, lançamos a segunda edição do Guia para Influenciadores Digitais nas eleições. Nesta versão aprimorada, introduzimos princípios que devem ser seguidos pelos influenciadores digitais, juntamente com informações atualizadas, com foco especial em questões como desinformação, censura, violência política e proteção de dados. Uma das atualizações mais significativas aborda a diretriz do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para 2022, que se relaciona com a contratação de influenciadores digitais para veicular conteúdo político ou eleitoral em seus perfis, páginas e canais de mídia social ou em sites.

Comportamentos e usos por usuárias e usuários de aplicativos de mensagens

Na nossa segunda abordagem, concentramos nossos esforços na compreensão do papel e da utilização de aplicativos de mensagens privadas na comunicação política de brasileiras e brasileiros. Dando continuidade à nossa série “Os Vetores da Comunicação Política em Aplicativos de Mensagens: Hábitos e Percepções”, lançamos a segunda edição em colaboração com a Rede Conhecimento Social. Nesta pesquisa, exploramos como as dinâmicas e os comportamentos individuais dos usuárias e usuários são aplicados no contexto da comunicação política, examinando se houve diferenças significativas entre um ano eleitoral e o ano anterior. Por meio de uma abordagem metodológica que incluiu grupos de discussão e

pesquisas amostrais, nosso objetivo foi lançar luz sobre os hábitos, percepções e normas que os usuários desenvolvem ao discutir política, enquanto aprofundamos nosso entendimento sobre como esses comportamentos se relacionam com as estratégias adotadas por agentes políticos para influenciar o debate público nos aplicativos de mensagens.

Além disso, em parceria entre o InternetLab, a *Universidade Federal da Bahia* (UFBA) e a *Universidade Federal de Santa Catarina* (UFSC), foram lançados quatro relatórios do projeto Democracia Digital - Análise dos ecossistemas de desinformação no Telegram durante o processo eleitoral brasileiro de 2022, o qual com uma abordagem interdisciplinar de mapeamento, monitoramento e análise de grupos e canais políticos abertos no Telegram, os pesquisadores e pesquisadoras coletaram conteúdos de áudio, vídeo e imagens compartilhados no aplicativo, com o objetivo de compreender as narrativas, valores, gramáticas e lógicas de ação de grupos extremistas no Brasil.



No primeiro deles, analisamos os impactos nos grupos e canais do Telegram decorrentes da possibilidade de bloqueio da plataforma, uma decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal em março daquele ano. Nessa ocasião, o Ministro Alexandre de Moraes determinou que a Apple e o Google removessem o Telegram de suas lojas de aplicativos e que os provedores de serviços de internet impedissem o acesso à plataforma, devido a alegações de descumprimento de decisões judiciais e desrespeito à legislação brasileira.

No segundo relatório, direcionamos nossa atenção ao período compreendido entre 1º de agosto e 15 de setembro de 2022. Nesse contexto, apresentamos análises sobre o comportamento dos usuários, as temáticas mais discutidas e, em particular, os discursos relacionados às manifestações ocorridas em 7 de setembro de 2022. Durante essas manifestações, foram identificados conteúdos que incitavam a descredibilização do processo eleitoral e a ruptura com as instituições democráticas do Brasil.

O terceiro relatório concentrou-se na análise das mensagens trocadas em 219 grupos e 522 canais extremistas no Telegram entre os dias 30 de setembro e 15 de novembro de 2022, abrangendo, portanto, os períodos de campanha para o primeiro e segundo turnos das eleições. Por fim, o quarto relatório foi resultado da análise de parte das comunicações veiculadas pelos organizadores, participantes e apoiadores das manifestações que contestaram o resultado eleitoral em 8 de janeiro de 2023.

Com essas iniciativas e pesquisas, o InternetLab contribuiu para a compreensão e o enfrentamento dos desafios relacionados à comunicação política no contexto digital. Reafirmando o compromisso de promover a transparência, a responsabilidade e o respeito aos direitos humanos, visando uma comunicação política mais democrática e um debate público íntegro.



Projetos

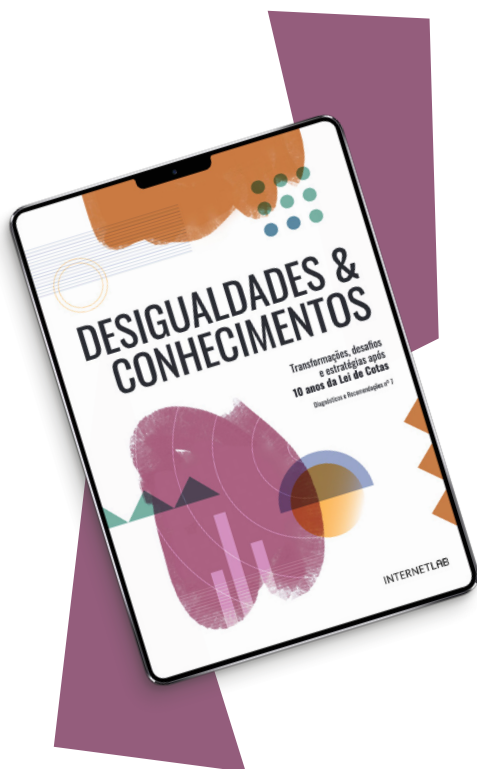
-
- Lançamento do portal Achearegra - Observatório de termos de uso de plataformas digitais
-
- Elaboração e publicação da segunda de pesquisa qualitativa e quantitativa sobre uso de aplicativos de mensagem e política (“Os Vetores da Comunicação Política em Aplicativos de Mensagens: hábitos e percepções do brasileiro - 2021/2022”)
-
- Atualização contínua do “Guia de dieta de mídia”, um repositório de dados sobre consumo de mídia digital no país
-
- Atualização do “Guia para Influenciadores Digitais nas eleições”, incorporando as resoluções TSE de maneira acessível para comunicadores e criadores de conteúdo digital
-
- Elaboração e publicação de 4 relatórios do projeto Democracia Digital - Análise dos ecossistemas de desinformação no Telegram durante o processo eleitoral brasileiro de 2022

“
Em mais um ano eleitoral, nossa preocupação central foi analisar a complexidade da comunicação política online. Com base em pesquisas e debates realizados desde 2020, concentramos nossos esforços na criação de materiais que visam capacitar tanto a sociedade civil quanto o poder público a estabelecer parâmetros para um debate político íntegro nas redes.

— Ester Borges, coordenadora da área de Informação e Política do InternetLab.

CULTURA E CONHECIMENTO

Em 2022, a área de Cultura e Conhecimento do InternetLab seguiu com atividades focadas nos eixos de (i) direitos autorais acesso ao conhecimento; (ii) políticas institucionais de direitos autorais; (iii) direito à pesquisa e (iv) equidade no conhecimento.



Direitos autorais e acesso ao conhecimento

Em 2022, o projeto Remix, uma parceria já existente entre InternetLab, Intervozes e o IBDAutoral, deu sequência à publicação de guias de acesso aberto que visam divulgar conhecimentos de direitos autorais a profissionais de diferentes áreas, editando o “Guia para Bibliotecas: Direitos Autorais e Acesso ao Conhecimento, Informação e Cultura” e o “Guia Direitos Autorais e Eleições”. Ao longo de 2022, a parceria do Remix também resultou na publicação de diversos artigos na coluna do projeto no Jota, “Repensando direitos autorais”. Também foram publicados uma série de vídeos na página do projeto Remix e em seu canal do YouTube, que apresentam conceitos básicos de direitos autorais e pontos em que a legislação brasileira é deficitária. Somados, os 6 vídeos do projeto Remix já contam com mais de 200 mil visualizações.

O Remix também desenvolveu em 2022 diversas iniciativas para dialogar diretamente com as propostas legislativas em tramitação no Congresso Nacional sobre direitos autorais. Assim, integrantes do projeto participaram da “Comissão de Juristas responsável por subsidiar elaboração de substitutivo sobre inteligência artificial no Brasil”, organizada pelo Senado Federal para debater e formular proposta sobre o tema, inclusive no que diz respeito a questões atinentes a direitos autorais. O relatório final apresentado pela comissão de juristas, com mais de 900 páginas, propôs uma lei para regular a inteligência artificial no Brasil. A redação sugerida pela Comissão foi posteriormente proposta enquanto Projeto de Lei 2.338/2023 pelo presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD/MG).

Ao longo de 2022, o Projeto Remix também analisou e debateu o chamado “Projeto de Lei n. 2630”, que visa regular plataformas. As iniciativas do Remix buscaram avaliar as propostas de remuneração de jornalismo por plataformas em tramitação no Congresso Nacional, como elas se enquadram no ordenamento jurídico brasileiro e como elas se relacionam com os modelos de remuneração existentes em outras jurisdições.

O InternetLab também publicou em 2022 o [relatório sobre direitos autorais e economia digital](#), baseado nos debates do [Global Congress on Intellectual Property and the Public Interest de 2021](#).

Políticas institucionais de direitos autorais

Dando continuidade às iniciativas da área de Cultura e Conhecimento na intersecção entre direitos autorais e políticas públicas de Internet, finalizamos o estudo sobre possíveis reformas da Lei de Direitos Autorais a partir da consulta pública realizada pela [Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual](#) em 2019, o que resultou em duas publicações. O artigo “[Reforma da Lei de Direitos Autorais: mapeando interesses a partir da Consulta Pública de 2019](#)” foi publicado no [terceiro volume](#) da Revista Internet & Sociedade. Um trabalho focado em como os diferentes modelos de responsabilização de intermediários são debatidos na consulta pública foi publicado enquanto um capítulo do livro “[Direito Autoral e Internet: diagnósticos e perspectivas do debate brasileiro](#)”, organizado pelo Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação da Fundação Getúlio Vargas, sob o título “Responsabilidade de Intermediários e Direito Autoral no Brasil: Ensinaamentos a partir da consulta pública de 2019”.

Em 2022, o InternetLab também deu passos importantes para aumentar sua participação no debate institucional de políticas de internet e de direitos autorais. No plano internacional, o InternetLab foi aceito para participar da [Organização Mundial da Propriedade Intelectual \(OMPI\)](#) enquanto observador credenciado. Nessa posição, passamos a participar do comitê de direitos autorais e direitos conexos da OMPI, o principal colegiado a debater direitos autorais internacionalmente e a eventualmente elaborar tratados internacionais sobre o tema.

No plano nacional, o InternetLab foi bem sucedido em sua candidatura para integrar o [Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual \(GIPI\)](#). Presidido pelo Ministério da Economia, o GIPI debate e propõe normativas sobre diferentes temas de propriedade intelectual, inclusive direitos autorais.

Direito à pesquisa

Sob a parceria contínua com as organizações Fundação Karisma (Colômbia), Nurep (Brasil), Hiperderecho (Peru), DatySoc (Uruguai), Derechos Digitales (Chile) e Fundación Via Libre (Argentina), demos continuidade uma investigação sobre o direito à pesquisa na América Latina, com enfoque para o uso de obras protegidas em processos de text and data mining.

Os resultados preliminares dessa pesquisa foram apresentados na [Annual Conference of European Policy for Intellectual Property \(EPIP\)](#) em Cambridge, Reino Unido, em [sessão temática sobre o direito à pesquisa no direito autoral internacional](#); e no [simpósio da American University sobre direito à pesquisa no direito autoral internacional](#), em Washington, EUA. Ambos subsidiaram a atuação dessas organizações no Comitê de Direitos Autorais e Direitos Conexos da OMPI.

Equidade no conhecimento

Por fim, em 2022 a área de Cultura e Conhecimento do InternetLab inaugurou, em parceria com a Fundação Wikimedia e com a bolsa do [Wikimedia Knowledge Equity Fund](#), o estudo sobre como as desigualdades de raça, especialmente em relação ao conhecimento produzido por pessoas negras e indígenas, que estruturam a sociedade brasileira, atravessam as noções e produções de conhecimento no Brasil e como isso se relaciona (ou não) com o debate de conhecimento livre no Brasil. O projeto se iniciou com a [realização de uma série de conversas com intelectuais e ativistas](#) para refletir sobre dificuldades e transformações na produção e circulação do conhecimento de pessoas negras e indígenas. Como parte desse projeto, publicamos em 2022 o estudo [“Desigualdades & Conhecimentos: Transformações, desafios e estratégias após 10 anos da Lei de Cotas”](#), um mapeamento que buscou entender quais são as principais barreiras encontradas para produção e circulação do conhecimentos online e offline quando a autoria é de pessoas pertencentes a grupos historicamente marginalizados. Nesse eixo, também lançamos uma [chamada aberta para um dossiê temático sobre desigualdades no conhecimento na Revista Internet & Sociedade](#).

Finalmente, o InternetLab participou da [WikiCon Brasil 2022](#), conferência que tem por objetivo reunir e fortalecer a comunidade wikimedista brasileira, integrando o [painel de diversidade](#) e a mesa sobre como [implementar uma Wikimedia com equidade no conhecimento](#).



Projetos

-
- Finalização do Projeto Remix - Direito Autoral pra Geral, fruto da parceria do InternetLab com o Intervozes, Núcleo de Pesquisa em Direitos Fundamentais, Relações Privadas e Políticas Públicas (NUREP) e o Instituto Brasileiro de Direitos Autorais (IBDAutoral), que visa democratizar a discussão sobre direitos autorais através de variadas frentes, com publicação de 6 vídeos:

1. Obra de Geral

2. Educação Para Geral

3. Da Vitrola Aos Bits

4. Voz De Geral

5. Autores e Criadores Empoderados

6. Acessibilidade Para Geral

-
- Publicação de um artigo acadêmico e de um capítulo de livro a partir do estudo da Consulta Pública de 2019 da Reforma da Lei de Direitos Autorais.

-
- Coordenação de pesquisa sobre direito à pesquisa na América Latina, com enfoque para o uso de obras protegidas em processos de text and data mining, em parceria com as organizações Fundação Karisma (Colômbia), Nurep (Brasil), Hiperderecho (Peru), DatySoc (Uruguai), Derechos Digitales (Chile) e Fundación Via Libre (Argentina). A investigação está inserida dentro do Projeto “Right to Research in International Copyright”, com apoio da Fundação Arcadia e coordenação do “Program on Information Justice and Intellectual Property” (PIJIP) - American University

-
- Fellowship Wikimedia e InternetLab: Equidade no Conhecimento

-
- Mapeamento de atores e atrizes sociais chaves nas reivindicações históricas por equidade no conhecimento

-
- Guia para Bibliotecas: Direitos Autorais e Acesso ao Conhecimento, Informação e Cultura

-
- Guia Direitos Autorais e Eleições

-
- Coluna “Repensando Direitos Autorais” no Jota.

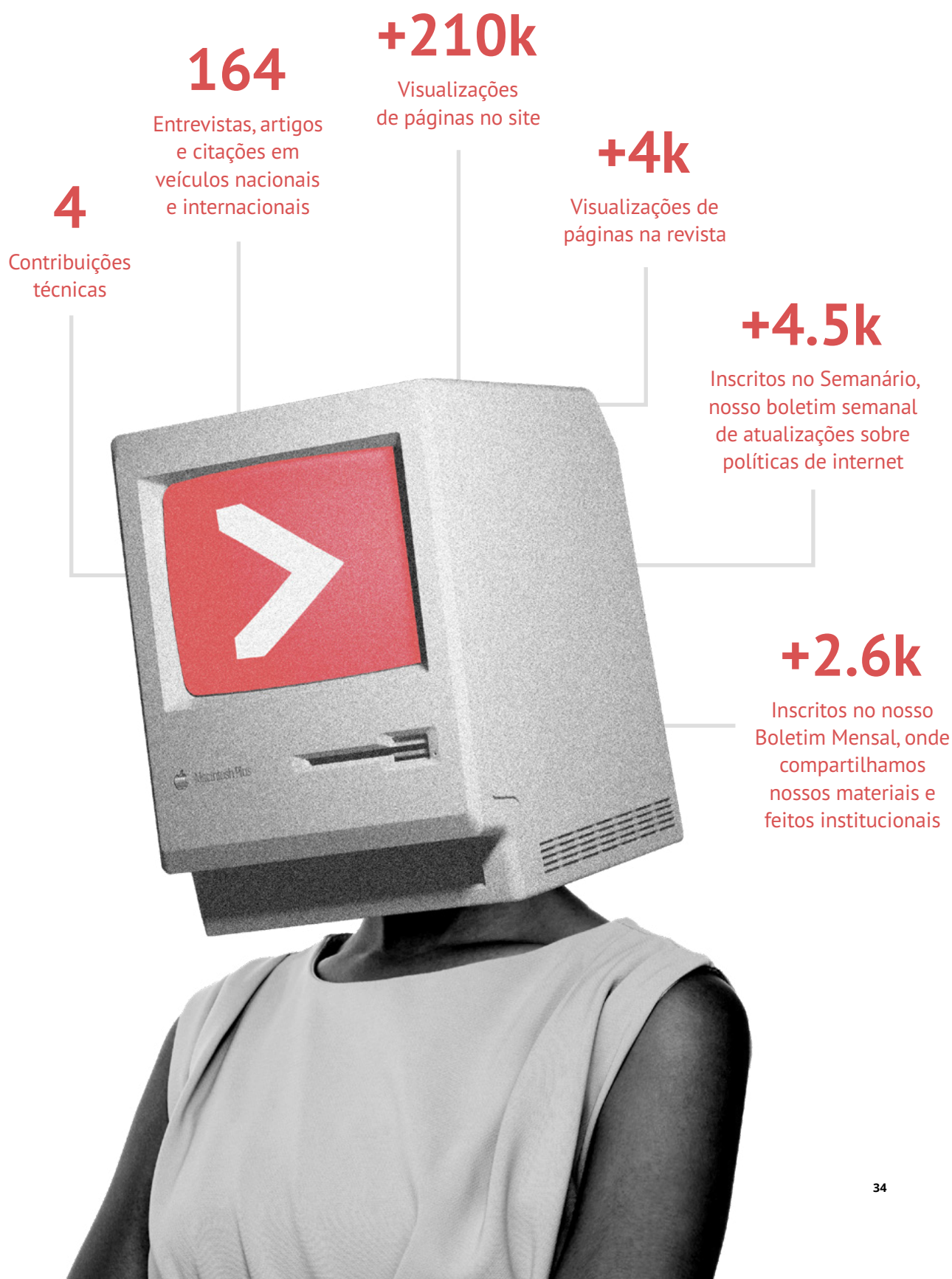
“O nosso objetivo aqui é pensar as intersecções entre direitos culturais, acesso ao conhecimento e políticas de internet, e agir para que essas áreas se tornem mais justas para todas as pessoas envolvidas. Desde a democratização do debate sobre direitos autorais, por meio do Projeto Remix e dos guias gratuitamente disponibilizados, até a análise crítica das propostas legislativas em tramitação, passando pelas investigações sobre o direito à pesquisa na América Latina, bem como pelo estudo das desigualdades no(s) conhecimento(s), em 2022 nosso trabalho se pautou pela busca por garantir um cenário de cultura e conhecimento mais vibrante e frutífero

— Alice Lana, coordenadora da área de Cultura e Conhecimento do InternetLab.

The image features a solid red background with a prominent white diagonal stripe running from the top-left towards the bottom-right. The stripe is wide and creates a strong visual contrast. In the bottom-right corner, the text "NOSSOS TRABALHOS" is displayed in a white, bold, sans-serif font, arranged in two lines.

**NOSSOS
TRABALHOS**

INTERNETLAB EM NÚMEROS



IMPRENSA

The New York Times:
Ganhe ou perca,
Bolsonaro destruiu
a confiança nas
eleições do Brasil.

Francisco Brito Cruz,
diretor executivo
do InternetLab,
concedeu entrevista
à reportagem do
The New York Times
e falou sobre o
cenário eleitoral nas
eleições de 2022.

Win or Lose, Bolsonaro Has Destroyed Trust in Brazil's Elections

President Jair Bolsonaro has attacked Brazil's electronic voting system. Now, ahead of Sunday's elections, many of his supporters believe there will be fraud.

Share full article



Kátia de Lima, in green, attending a rally in support of President Jair Bolsonaro this month in Rio de Janeiro. Maria Magdalena Arrellaga for The New York Times

Política & Poder

‘Guia Para o Enfrentamento da Violência Política de Gênero’

Manual traz respostas para as dúvidas mais comuns sobre o tema, além dos principais marcos normativos e informações sobre os locais para fazer denúncias

‘Guia Para o Enfrentamento da Violência Política de Gênero’

Matéria da revista CLAUDIA repercutiu o “Guia Para o Enfrentamento da Violência Política de Gênero”, publicado pelo InternetLab e Redes Cordiais.



Fantástico: EXCLUSIVO: grupos no app Telegram violam leis e abrigam negociações de drogas, armas, pornografia infantil e outros crimes

Francisco Brito Cruz explicou sobre as características do aplicativo Telegram ao Fantástico, da Rede Globo, que fez uma reportagem sobre grupos no app que violam leis e abrigam negociações de drogas, armas, pornografia infantil e outros crimes.



Organizações lançam guia sobre eleições para influenciadores digitais

O Estado de S. Paulo: Organizações lançam guia sobre eleições para influenciadores digitais

O “Guia para Influenciadores Digitais nas eleições de 2022”, lançado pelo InternetLab e Redes Cordiais, foi destaque nos principais veículos do país.

'Micheque' e 'macumbeira' lideram ofensas nas redes de Michelle e Janja

Estudo analisa interações e revela ataques misóginos e que envolvem religião e corrupção; candidatas trans sofreram camada extra de violência política



Folha de S. Paulo: 'Micheque' e 'macumbeira' lideram ofensas nas redes de Michelle e Janja

Reportagem feita a partir dos dados levantados pelo MonitorA, observatório de violência política eleitoral contra candidatos e candidatas nas redes feito pelo InternetLab em parceria com Instituto AzMina e Núcleo Jornalismo.

'Você é uma Vergonha': Tebet e Soraya receberam 6.661 mil ofensas no Twitter depois de primeiro debate na TV

Machismo e ataques a mulheres foram uma das marcas da corrida presidencial de 2022

Por Leonardo Nogueira
29/09/2022 21h57 • Atualizado



Soraya Thronicke e Simone Tebet disputam palanques na corrida ao Palácio do Planalto — Foto: Divulgação

O GLOBO: 'Você é uma Vergonha': Tebet e Soraya receberam 6.661 mil ofensas no Twitter depois de primeiro debate na TV

Conforme dados divulgados pelo MonitorA, O Globo repercutiu novos casos sobre violência política contra candidatos e candidatas na internet, sobretudo nas redes sociais.

GLOSSÁRIO

Tecnologia, dados e políticas públicas

Clarice Tavares, Bárbara Simão, Anna Martha e Juliana Fonteles 26 de Setembro de 2022 (atualizado 31/01/2024 às 14h24)

Dados pessoais [Quando tratamos de temas como dados de tecnologias em políticas públicas, o primeiro conceito importante abordado é o de dados pessoais.] **Dados pessoais sensíveis** [O conceito de dados pessoais desdobra-se em outra categoria mais restrita: dados pessoais sensíveis.] **Base de dados** [Uma base de dados (ou banco de dados) é o conjunto de dados e informações estruturadas e relacionadas entre si.] **Datificação** [Datificação é o termo utilizado para caracterizar o fenômeno que torna diferentes aspectos da vida social em dados, aumentando o uso de dados em diferentes escopos e impactando o cotidiano social.] **Política pública datificada** [No âmbito das políticas públicas, o processo de datificação se exprime por meio da datificação dos beneficiários e usuários, que são convertidos em “bancos de dados digitais” em que se determinam os direitos.”.] **Justiça de dados** [Justiça de dados refere-se à “justiça na forma como pessoas se tornam visíveis, representadas e são tratadas em razão de sua produção de dados digitais” e suas implicações da coleta e tratamento de dados pessoais para a justiça social.] **Qualificação** [O Qualificação é o processo de qualificação dos dados.]

Glossário: Tecnologia, dados e políticas públicas

Clarice Tavares, coordenadora de pesquisa da área de Desigualdades e Identidades, Anna Martha Araújo, pesquisadora, e Juliana Fonteles, à época também pesquisadora, ambas do InternetLab, organizaram um glossário na plataforma “Nexo Políticas Públicas” com os principais conceitos relacionados à tecnologia, dados pessoais e políticas públicas.

ELEIÇÕES 2022 • CABO ELEITORAL • FACEBOOK

Podcast apresenta disputa política pelas redes sociais no ano eleitoral

Cabo Eleitoral é uma parceria da Folha com o InternetLab e estreia nesta quarta-feira (30)



Folha de S. Paulo: Podcast apresenta disputa política pelas redes sociais no ano eleitoral

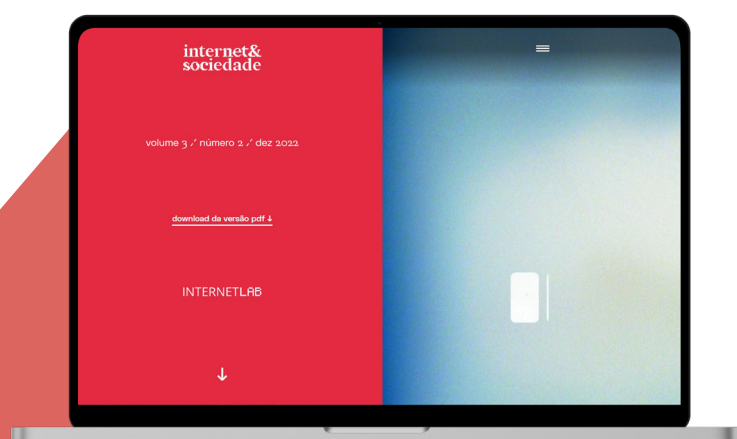
Cabo Eleitoral, podcast lançado pelo InternetLab em parceria com o jornal Folha de S. Paulo, repercutiu apresentando a disputa política pelas redes sociais no contexto das eleições de 2022 no Brasil.

The background is a solid red color with a thick white diagonal stripe running from the top-left towards the bottom-right. The stripe is slightly irregular, giving it a hand-drawn or graphic feel.

PRINCIPAIS LANÇAMENTOS

REVISTA INTERNET & SOCIEDADE

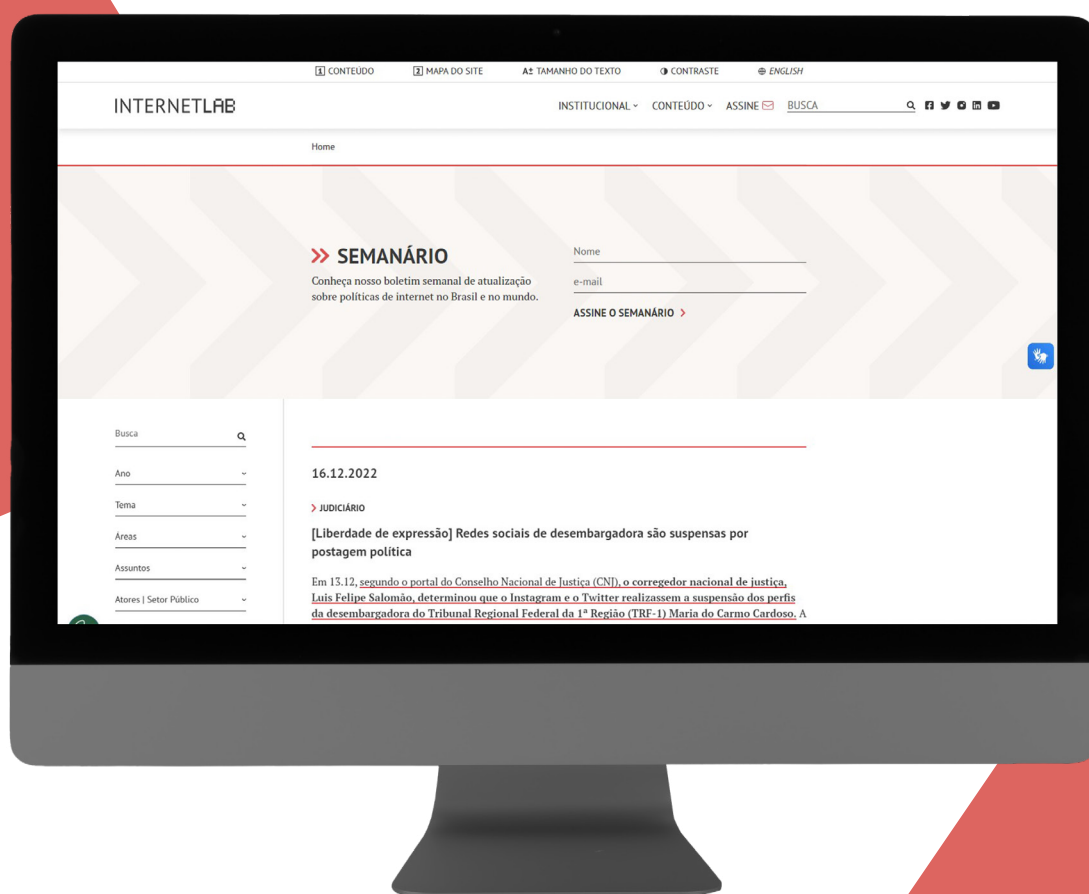
Em 2022, foram lançadas duas edições da publicação. Na **edição de agosto**, nos mantivemos atentos e atentas para registrar um ano repleto de (in)definições na política, com um dossiê trazendo três artigos com pesquisas empíricas de ponta sobre operações de propaganda e comunicação política.



Em **dezembro**, trouxemos dois dossiês temáticos, focando de diferentes perspectivas o tema da cultura e do conhecimento no ambiente digital.

SEMANÁRIO

Nosso boletim semanal de atualização sobre políticas de internet no Brasil e no mundo. Com 39 edições, 31 mil visualizações, 6,3 mil cliques e mais de 4,5 mil inscritos em 2022. No ano passado, informamos atores e atrizes sociais de diversos setores que se interessam ou trabalham com políticas de internet no Brasil e no mundo. **Inscriva-se aqui.**



PODCAST CABO ELEITORAL

Em seis episódios, o **podcast** traça um panorama sobre os impactos e as mudanças que a internet trouxe para as campanhas eleitorais. Uma parceria entre InternetLab e o jornal Folha de S.Paulo.





NOSSA ESTRUTURA

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

2022 foi o ano em que o InternetLab consolidou sua transição de gestão e trouxe novas figuras de liderança para posições estratégicas dentro da organização.

Assembleia Geral e Diretoria. Se em 2021 uma de nossas diretoras, Mariana Valente recebeu um convite para ser docente na Suíça, em 2022 implementamos a expansão de nossa Assembleia Geral e de nossa Diretoria, dando as boas-vindas a Heloisa Massaro e Fernanda K. Martins - anteriormente coordenadoras de pesquisa - como novas diretoras adjuntas da organização. Ao longo do ano, consolidamos essa liderança expandida, com a incorporação das novas diretoras no relacionamento com nossa rede de parceiros e financiadores.

O InternetLab é organizado como uma associação sem fins lucrativos, e o órgão que elege o conselho executivo e toma decisões estratégicas é a Assembleia Geral de Associados. Após expandir o corpo associativo em 2022, no encerramento do ano, um dos associados, João Brant, requereu a sua saída para desempenhar funções no Poder Executivo. Em 2023, a Assembleia Geral passou a ser composta por Francisco Brito Cruz, Mariana Valente, Laura Schertel Mendes e Silvana Bahia.

Novas figuras de liderança coordenando áreas de pesquisa. Com Fernanda e Heloisa totalmente integradas à Diretoria, sentimos a necessidade de trazer novas figuras de liderança para ocupar seus cargos anteriores, como coordenadoras de pesquisa em *Desigualdades e Identidades* e em *Informação e Política*, respectivamente. Nossa escolha foi investir em nossa própria equipe, promovendo duas pesquisadoras excepcionais com amplo conhecimento da organização e experiência em nossos projetos e temas. Ester Borges assumiu o papel em *Informação e Política*, e Clarice Tavares em *Desigualdades e Identidades*. Com um rico *background* interdisciplinar, Clarice e Ester representam um caminho importante de renovação e desenvolvimento de habilidades de liderança dentro da organização.

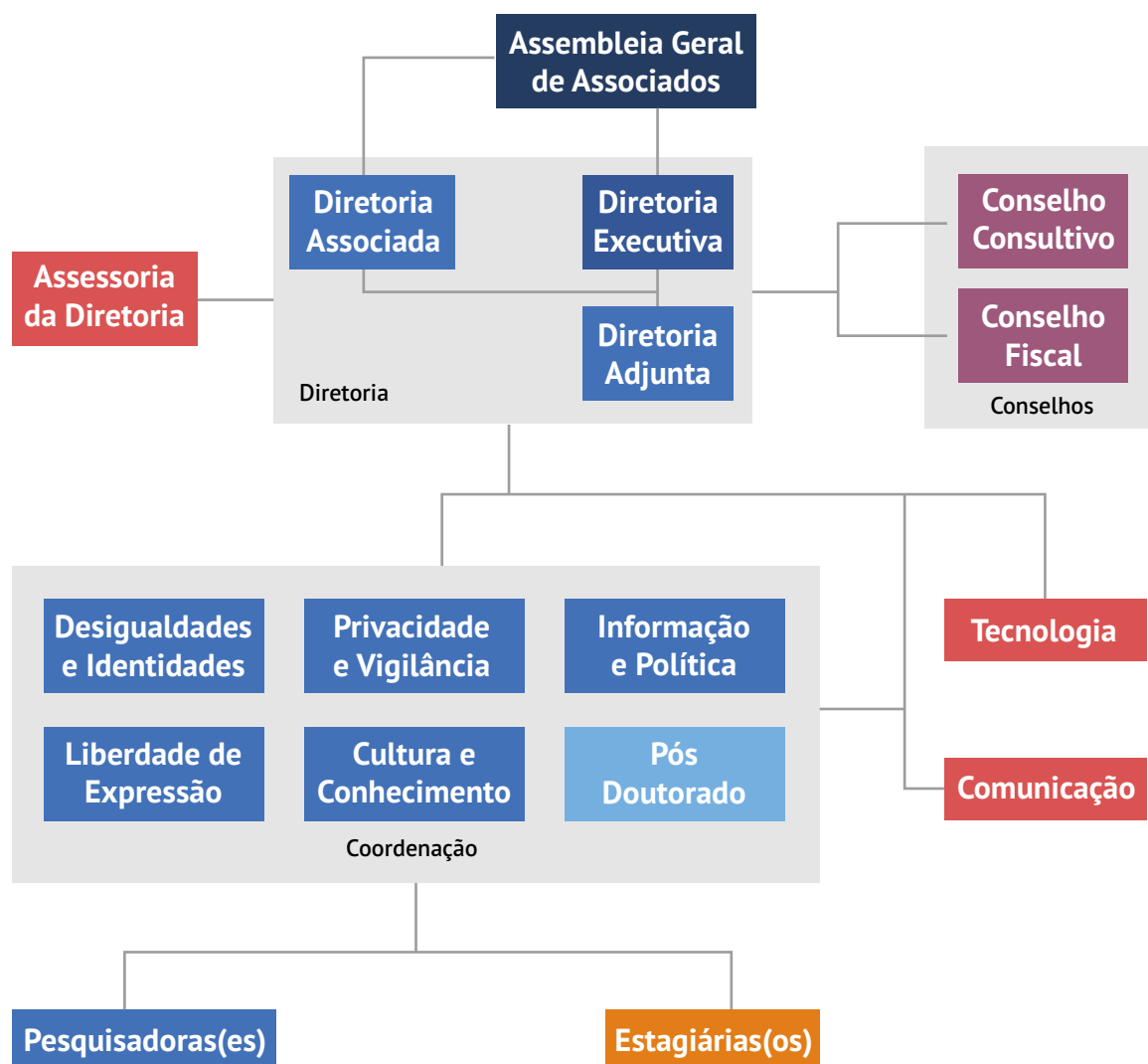
Segurança. Com a consolidação de sua nova gestão e posições de liderança em 2022, o InternetLab implementou um novo processo importante para profissionalizar sua gestão e se preparar para contingências típicas de atividades no terceiro setor, desenvolvendo um plano de mitigação de riscos e segurança, que já está em vigor.

Planejamento Estratégico. No encerramento de 2022, também iniciamos um processo de diagnóstico para a realização de um planejamento estratégico para os próximos cinco anos da organização entre 2023 e 2024. Com o apoio do programa Potência, oferecido pela Luminate, desenvolvemos este mapeamento inicial orientado por uma consultoria especializada, que nos permitiu consultar parceiros estratégicos e equipe.

Práticas Financeiras e Contábeis. Em 2022, contratamos um novo contador com experiência em organizações sem fins lucrativos. O novo fornecedor passou não apenas a apoiar o InternetLab com serviços contábeis, mas também alguns serviços gerais de suporte administrativo, financeiro e de recursos humanos. Esta mudança permitiu melhorar nossas políticas contábeis e desenvolver melhores práticas de recursos humanos e financeiros.

Conselho Fiscal. O órgão de supervisão financeira InternetLab continua a oferecer orientação sobre questões orçamentárias e é responsável por aprovar orçamentos e contas anuais e quaisquer aumentos no salário do Diretor Executivo. Em 2023, com o término do mandato de um membro do comitê de auditoria, sem qualquer possibilidade de prorrogação, nosso comitê será renovado pela Assembleia Geral.

Ao dar tais passos, esperamos que o InternetLab caminhe na direção de sua consolidação institucional, extrapolando cada vez mais a trajetória dos indivíduos que o trouxeram até aqui. Com essas mudanças a organização aprovou um novo organograma institucional, desenhado abaixo.



FINANCIAMENTOS E PARCERIAS

Constituído como uma entidade sem fins lucrativos, o InternetLab atua como ponto de articulação entre acadêmicos e representantes dos setores público, privado e da sociedade civil, incentivando o desenvolvimento de projetos que abordem os desafios da elaboração e implementação de políticas públicas em novas tecnologias, como privacidade, liberdade de expressão e questões ligadas a gênero, relações étnico-raciais e identidades outras.

Nós subsidiamos o debate público por meio da produção de conhecimento. O InternetLab não atua com consultoria ou escritório de advocacia, nós prestamos serviços somente em casos que estejam afinados com nossa missão: fazer pesquisa na área de direito e tecnologia voltando a atenção à incidência em políticas públicas.

Em nosso trabalho, muitas vezes, trabalhamos em parcerias com outras organizações, buscando sempre encontrar os pontos de convergência, afinidade e compatibilidade para desenvolver ações conjuntas. Acreditamos que as parcerias funcionam bem quando as organizações compartilham um norte comum e têm capacidade de cooperar e dividir funções em trabalho e projetos complexos. Em 2022, o InternetLab renovou alianças estabelecidas ao longo do tempo, mas também estabeleceu importantes novas cooperações, como é possível ver ao lado.

Financiamento Institucional

Ford Foundation	Open Society Foundations
Luminate	Google Brasil

Financiamento por projetos

International Development Research Centre	Fundação Arcadia	Derechos Digitales
Universidade de Palermo	National Democratic Institute	Global Partners Digital
Meta Inc	Privacy International	Wikimedia
National Endowment for Democracy	Twitter Inc	International Republican Institute
	WhatsApp Inc	Carnegie Endowment

Parceiros em projetos

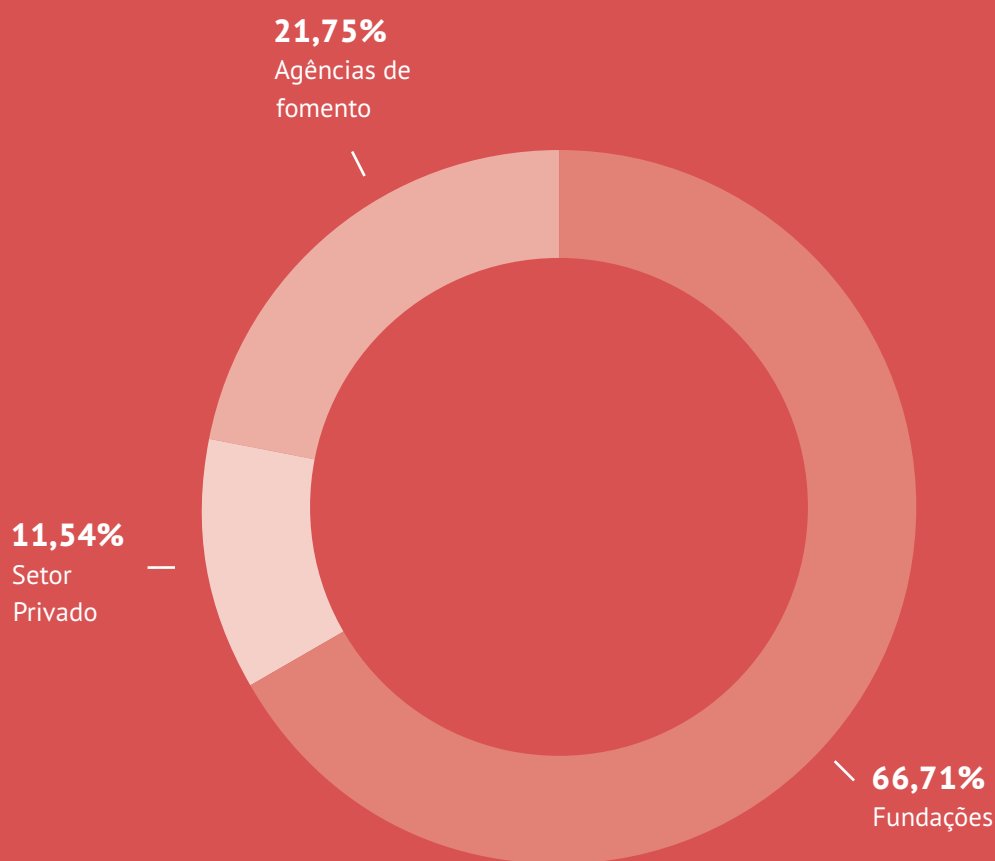
IT for Change	Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo	American University
Electronic Frontier Foundation	Global Partners Digital	Hiperderecho (Peru)
Centro de Estudios en Libertad de Expresión y Acceso a la Información (CELE) - Universidade de Palermo	Universidade Federal da Bahia	DatySoc (Uruguai)
Redes Cordiais	Universidade Federal de Santa Catarina	Derechos Digitales (Chile)
Rede Conhecimento Social	Fundación Karisma (Colombia)	Fundación Via Libre (Argentina)
Instituto Azmina	Open Future	Crown University
Núcleo Jornalismo	Anis Bioética	Global Network Initiative
		Oxford University Balliol College

Redes e coalizões das quais participamos

Creative Commons	Coalizão Direitos na Rede	Aliança por Algoritmos Inclusivos - AI+
Network of Centers	Just Net Coalition	AL SUR

O financiamento das nossas atividades vem de fundações, organizações do terceiro setor, empresas e agências de fomento internacionais. Em todos esses casos aplica-se a política de relacionamento com financiadores. Esta política é destinada a promover a independência, a autonomia, a transparência, a liberdade acadêmica e de expressão, a pluralidade de opiniões, o estímulo à diversidade e a defesa da ética na pesquisa acadêmica no trabalho do InternetLab.

Com o objetivo de promover tais valores, a nossa política veda uma série de financiamentos, como por exemplo aqueles que requerem a realização de atividades político-partidárias ou os que possam ser razoavelmente considerados um favorecimento de interesses privados em conflito com o interesse público. Além disso, a política estabelece um processo de verificação prévia de adequação que pode ser utilizado pela organização para analisar se um novo financiamento é compatível com estes critérios e valores. Em financiamentos grandes, esse processo de verificação prévia é obrigatório e deve envolver o Conselho Fiscal do InternetLab.



COM O QUE GASTAMOS?

O ano de 2022 representou a retomada de atividades presenciais no pós pandemia, com gastos que refletem essa realidade. Nele também destacadamente atuamos em parcerias com subvenções, realizado doações a parceiros em projetos.

Atividade de pesquisa

Remuneração de pesquisadores(as), parceiros(as) e consultores(as) de pesquisa



Comunicação e publicações

Equipe e fornecedores (ex: design gráfico e produção audiovisual)



Administrativo e estrutura

Equipe, contadores e despesas fixas (aluguel e contas)



Eventos

Gastos com eventos para equipe e público



Representação

Viagens, diárias e outros gastos com representação



Tributos e encargos



NOSSA EQUIPE

Em 2022, como resultado da nossa transição de gestão e mudanças de liderança, contratamos novas pessoas para nossas posições de pesquisa. Além disso, a equipe teve trocas na área de comunicação e na área de *Liberdade de Expressão*, levando à incorporação de novos profissionais nesses papéis. Chegamos ao final do ano com 20 pessoas (4 diretores, 5 coordenadoras de pesquisa, 1 assessor de comunicação, 1 especialista em tecnologia, 1 bolsista de pós-doutorado, 1 assistente da Diretoria, 5 pesquisadores e 2 estagiários).

Os esforços DEI (Diversidade, Equidade e Inclusão) do ano de 2022 consistiram em continuar implementando as políticas internas e ações afirmativas que formulamos em 2021 para refletir nossas preocupações com inclusão e diversidade. Expandimos nosso programa para promover a efetiva inclusão de pessoas negras em nossa equipe, aumentando o suporte para aulas de inglês e oferecendo oportunidades de orientação e viagens para comprovar experiência e treinamento para nossa nova liderança.

Além disso, em 2022 lançamos nosso novo site, com ferramentas de acessibilidade, e, pela primeira vez, contratamos uma pessoa com deficiência para nossa equipe como parte de nossas ações afirmativas. Ao final do ano, quase 2/3 de nossa equipe estava formada por mulheres e metade eram pessoas negras. Em nossas posições de liderança (4 diretores e 5 coordenadoras de pesquisa) quase 90% são mulheres e 1/3 são pessoas negras.

Este ano também expandimos nossos esforços DEI a partir da perspectiva de nossos projetos, incluindo perspectivas transgênero e não-binárias neles, além de desenvolver dois projetos especificamente focados em temas relacionados a esse público (uma contribuição para o conselho de supervisão e um estudo sobre ambientes virtuais entre mulheres LBT e pessoas não-binárias), em parceria com uma consultoria de pesquisa não-binária.

EQUIPE

Directoria

Francisco Brito Cruz
Fernanda K. Martins
Heloisa Massaro
Mariana Valente

Equipe envolvida nas atividades de 2022

Alessandra Gomes | Especialista em tecnologia
André Houang | Pesquisador
Artur Péricles | Coordenador de pesquisa | Liberdade de Expressão
Barbara Simão | Coordenadora de pesquisa | Privacidade e Vigilância
Blenda Santos | Pesquisadora
Catharina Pereira | Estagiária de pesquisa
Clarice Tavares | Coordenadora de pesquisa | Desigualdades e Identidades
Ester Borges | Coordenadora de pesquisa | Informação e Política
Iná Jost | Coordenadora de pesquisa | Liberdade de Expressão
Jade Becari | Pesquisadora
João Vitor Araújo | Assessor de comunicação
Juliana Fonteles | Pesquisadora
Karina Oliveira | Coordenadora de comunicação
Luiz Fernando Sabino | Assessor da diretoria
Stephanie Lima | Fellow de pós-doutorado

Conselho consultivo

Beatriz Cardoso
Carolina Rossini
Diogo R. Coutinho
Jefferson Nascimento
José Eduardo de Oliveira Faria
Marcel Leonardi
Paulo Rená
Taís Gasparian
Conselho fiscal
Adriana de Moraes Vojvodic
Aline Viotto Gomes
Benjamin Mariotti Feldmann

Conselho fiscal

Adriana de Moraes Vojvodic
Aline Viotto Gomes
Benjamin Mariotti Feldmann

INTERNETLAB



EXPEDIENTE

Diretoria

Francisco Brito Cruz, Mariana Valente,
Fernanda K. Martins e Heloisa Massaro

Assessor de comunicação

João Vitor Araújo

Coordenadoras de pesquisa

Alice Alice de Perdigão Lana, Bárbara Simão,
Clarice Tavares, Ester Borges e Iná Jost

Projeto gráfico

Atonal Studio

Redação

Alice de Perdigão Lana, Bárbara Simão,
Clarice Tavares, Ester Borges, Fernanda
K. Martins, Francisco Brito Cruz, Heloisa
Massaro, Iná Jost e João Vitor Araújo

Revisão e edição

Fernanda K. Martins, Francisco Brito Cruz
e Heloisa Massaro

INTERNETLAB



@internetlabbr



@internetlab



@internetlabbr



@internetlabbr



@internetlab



internetlab.org.br